



**INSTITUTO  
ÁGUA E TERRA**

**PARANÁ 3**  
COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA



Criado e instalado segundo a Lei Estadual (PR) nº 12.726, de 26 de novembro de 1999 e Decreto Estadual nº 9.130, de 27 de dezembro de 2010, e instituído pela Resolução nº 13 do CERH/PR, de 28 de maio de 2002.

1     **ATA DA 28ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO**  
2     **DO PLANO – CTPLAN - DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO**  
3     **PARANÁ 3**

4     Ao décimo oitavo dia do mês de outubro de 2022, às 14h00, por meio de web  
5     conferência utilizando o programa *Zoom*, formalizada por meio de gravação,  
6     iniciou-se a 28ª Reunião da CTPLAN do Comitê da Bacia Hidrográfica do Paraná  
7     3, diante da presença do coordenador ARMIN FEIDEN da Universidade Estadual  
8     do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Também estavam presentes do seguintes  
9     representantes: ROBERT GORDON HICKSON do Instituto Água e Terra IAT;  
10    LUIZ ROBERTO FAGANELLO do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná  
11    – IDR-PARANÁ; RODOLFO TANAKA SAVELLI da Companhia de Saneamento  
12    do Paraná – SANEPAR; ELIAS LIRA DOS SANTOS JUNIOR da Universidade  
13    Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR e ADALBERTO TELESKA BARBOSA  
14    do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA-PR. Também se fez  
15    presente TIAGO BACOVIS do Instituto Água e Terra – IAT, JULIANA CAVASSIN  
16    e LUCINEIDE APARECIDA MARANHO do Instituto Água e Terra – IAT e  
17    Secretaria Executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica do Paraná 3. A Srta.  
18    JULIANA iniciou a reunião passando a palavra para o Coordenador Sr. ARMIN  
19    que declarou aberta a reunião (ITEM 1 DA PAUTA) e seguiu para a aprovação  
20    da ata da 27ª reunião da CTPLAN (ITEM 2 DA PAUTA). A ata foi projetada e foi  
21    aberta a palavra para manifestações, tendo em vista que todos receberam a ata  
22    com antecedência. Como não houve nenhuma consideração, o coordenador  
23    passou para a aprovação da mesma solicitando manifestação em caso de ser  
24    contrário à aprovação. Não havendo nenhuma manifestação contrária, a ata foi  
25    aprovada por unanimidade. Em seguida passou-se para a discussão e análise  
26    da situação da Área Crítica do Arroio Jaguarandi (ITEM 3 DA PAUTA). O Sr.  
27    ARMIM pediu um relato ao SR. TIAGO que explicou que a Câmara Técnica  
28    precisa propor alternativas como reuso, recirculação pois a vazão já está  
29    negativa e não há disponibilidade para todos os usuários. Falou que muitos  
30    usuários não têm tanque de decantação, que nenhum faz a recirculação da água.  
31    O Sr. ARMIN questionou o porquê foram outorgadas vazões além das  
32    disponíveis sou se é por conta da estiagem. O Sr. TIAGO explicou que área  
33    crítica não tem a ver com estiagem e sim por outorgas a jusante que impactaram  
34    os usuários a jusante e pela quantidade de usuários que aumentou  
35    significativamente. Em seguida, o Sr. ROBERT esclareceu que antigamente era  
36    feita análise do ponto requerido, se traçava a bacia à montante e se deduzia o  
37    valor desse ponto e assim por diante. Quando foi feita análise da bacia como um  
38    todo verificou-se que as quantidades não batiam. Então está se fazendo uma  
39    análise das bacias, principalmente na região oeste, para ver quais estão com o  
40    mesmo problema para tentar renegociar as outorgas, dessa forma propriedade  
41    em sequência terão que trabalhar a captação em conjunto, em horários  
42    alternados. O Sr. TIAGO ainda expôs sobre um ponto de outorga prévia para  
43    lançamento da Sanepar que precisam ser revistos. O Sr. RODOLPHO falou que

44 essa obra da Sanepar já está em licitação e por esse motivo não pode haver  
45 nenhuma mudança nesse momento. Na sequência o Sr. ARMIN pediu para que  
46 os membros se manifestassem sobre os próximos passos a serem tomados e  
47 as proposições que a CTPLAN vai levar para embasar a decisão do comitê. O  
48 Sr. FAGANELLO falou que uso da água não está adequado ao sistema  
49 considerando que procura por outorga para piscicultura só aumentará na região  
50 e sugeriu pegar a tecnologia existente para o uso eficiente da água, com entrada  
51 e saída com controle eficiente. Hoje a água só passe pelos tanques de produção,  
52 porém deveria permanecer mais tempo nesses tanques para sua otimização e  
53 ser reciclada no sistema. O Sr. ADALBERTO pontuou que essa situação já era  
54 anunciada a pelo menos uns 15 anos e que agora deve-se administrar um  
55 problema que já tinha sido previsto lá atrás e que além de ser debatido na  
56 CTPLAN, esse assunto tem que chegar à sociedade. Também questionou a  
57 questão dos poços que são perfurados sem controle. O Sr. ROBERT falou que  
58 já tem vários rios que já ultrapassou sua capacidade de outorga e que o que  
59 deve ser feito são estudos por rios ou micro-bacias e fazer negociação com os  
60 usuários e há necessidade urgente da readequação do volume d'água para  
61 piscicultura. O Sr. TIAGO falou que a Sanepar vai ter que mexer no sistema para  
62 adequar a DBO. Na sequência o Sr. ELIAS alertou para cuidado com equívocos,  
63 inclusive metodológicos, clássicos da falta de planejamento e questionou a  
64 competência do comitê para estabelecer norma, sendo que o órgão ambiental já  
65 faz isso. Também questionou o Sr. TIAGO sobre a apresentação da situação  
66 para o comitê, já que o mesmo falou já ter apresentado várias vezes, porém,  
67 alguns membros alertaram desconhecimento. Na sequência a palavra foi  
68 devolvida ao Sr. ARMIN que falou que entende que o comitê técnico não tem  
69 poder de deliberar, mas sim de dar um parecer e é o comitê que tem que aceitar  
70 ou não o parecer e que existe um Plano de Bacia e uma legislação de água que  
71 devem ser cumpridos, não podendo jogar para o comitê essa responsabilidade,  
72 até por falta de estrutura, além disso reforçou algo de errado quando a diferença  
73 é de 3 vezes entre a vazão outorgada e vazão disponível ressaltando que o  
74 problema é grande. Falou também da Cobrança pelo Uso da Água prevista no  
75 Plano de Bacia e que esse é um instrumento que permitira o ajuste da  
76 questão. NA sequência propôs que o comitê e o IAT organizassem os usuários  
77 para definir a necessidade real de cada, sabendo-se que não tem água para  
78 todos, pra não trazer insegurança jurídica. Dessa forma, a curto prazo, organizar  
79 uma reunião entre os consumidores para negociar uma redução do seu volume  
80 outorga. A médio prazo, implantar a cobrança da água cobrando pelo volume  
81 captado e outorgado. O Sr. ROBERT destacou que em bacias com comitê  
82 instituído as decisões são do próprio comitê e não do IAT. O que o instituto pode  
83 contribuir listando as pessoas que captam água superficial dentro da bacia  
84 crítica, vem o valor outorgado dessas pessoas, levantar quantas pessoas  
85 captam sem outorga, notificar essas pessoas, dar prioridade para usuários já  
86 instalados e com portaria, depois os usuários instalados e sem portaria e por fim  
87 os que ainda não tem piscicultura instalada, e tentar entrar em um acordo para  
88 que todos sejam beneficiados, se possível. Ainda falou que hoje a piscicultura  
89 não está sendo cobrada a outorga de lançamento e pretende-se outorgar, logo,  
90 a tendência é piorar. Assim, se manter mais tempo a água dentro da piscicultura,  
91 captando lançamento menos, a tendência é melhorar a situação. O Sr. ARMIN  
92 destacou que a cobrança de outorga de lançamento não vai piorar a situação e  
93 sim, destacar o problema que já está aí e não está sendo enxergado, portanto

94 há urgência na outorga de captação e de lançamento. Na sequência o Sr. TIAGO  
95 projetou a planilha com usuários outorgados, a qual mostra usuários com vazões  
96 muito altas, também compartilhou a planilha com os usuários em tramitação e a  
97 tabela com os usuários que entraram no novo sistema – SIGARH, destacando  
98 que a SANEPAR é o usuário mais crítico no momento O Sr. ELIAS perguntou ao  
99 Sr. TIAGO quais as práticas desenvolvidas por outros comitês e o Sr. TIAGO  
100 falou os usos alternados e que boas práticas devem ser incentivadas pelos  
101 comitês, como a recirculação, instalação de filtros. Falou que os usuários  
102 solicitam vazões maiores do que a que necessitam para guardar a água, embora  
103 a água tenha que atender aos usos múltiplos. O Sr. ELIAS falou que se referia  
104 às ações concretas que outros comitês estão tomando. O Sr. TIAGO falou que  
105 as principais áreas críticas estão na bacia do Piquiri e que o comitê do Piquiri fez  
106 alterações no coeficiente da vazão outorgável, passando de 50 da Q95 para 80  
107 da Q95, para captação. Para lançamento, esse valor subiu para 100%, com DBO  
108 para cada ponto seja definida e forma que a DBO de mistura não altere de forma  
109 significativa a classe 2 do corpo hídrico. Também dos usos alternados que estão  
110 sendo estabelecidos apenas para os usuários com bomba por ser mais  
111 complicada para usuários com derivação, ou até inviável. Os usuários bom  
112 bomba e vizinho se organizam para o uso alternado e na Portaria de Outorga sai  
113 que se deve fazer o uso alternado com o vizinho. O Sr. ROBERT falou que essas  
114 negociações já estão ocorrendo, falou também que os usuários estão, na  
115 maioria, concentrados nas cooperativas C. Vale e Copacol e que elas são  
116 fundamentais na busca de soluções em conjunto. Citou o exemplo da Copacol  
117 que está fazendo o tratamento da água com cal e está reduzindo a necessidade  
118 de redução o que tem ajudado bastante. Outra coisa que está melhorando é  
119 todos faziam captação no mesmo horário, agora já está se operando de forma  
120 alternada dia/noite. Destacou que a solução tem que ser em conjunto, não  
121 apenas comitê e IAT, mas associações, produtores, cooperativas. O Sr. ARMIN  
122 destacou as propostas até o momento: notificação para renegociação de  
123 volumes e usos alternados; a busca de uso eficiente da água; agilizar o processo  
124 de cobrança da água, pois irá disciplina o uso. O Sr. TIAGO deu mais uma  
125 sugestão, que as notificações não sejam apenas realizadas pelo IAT mas  
126 também pelo comitê, principalmente para usuários com maiores vazões,  
127 compartilhando o mapa com os usuários da Bacia. O Sr. ROBERT falou ainda  
128 dos usuários da irrigação que se está cobrando que eles tenham reservatório  
129 que captem pequenas vazões por tempo maior para utilizar nas próximas horas.  
130 Na sequência o Sr. ARMIN colocou as propostas para votação, que foram  
131 aprovadas por unanimidade. Em seguida passou-se para o item sobre a  
132 apreciação e Análise do Indeferimento do pedido de Outorga para captação de  
133 água superficial para piscicultura - protocolo nº 18.790.955-4 (ITEM 4 DA  
134 PAUTA). Sobre esse tema o Sr. TIAGO explicou que a vazão no local já está  
135 negativa e o protocolo de outorga foi indeferido. O Sr. ARMIN solicitou propostas  
136 e o Sr. ROBERT se manifestou sugerindo trabalhar a curto prazo com a Q80,  
137 Ainda destacou que o IAT, além de exigir equipamento de medição de vazão de  
138 captação, passará a exigir, a partir de 31/01/2023, equipamento de medição de  
139 lançamento de efluente. O Sr. ARMIN colocou em votação a proposta do Sr.  
140 ROBERT, porém o Sr. ROBERT falou que isso só pode acontecer depois de  
141 decretada área crítica, o que não é o caso, retirando a proposta. O Sr. TIAGO  
142 comentou que em reunião com a ANA – Agência Nacional de Água e  
143 Saneamento Básico, verificou que é considerado 100% da vazão do rio para

144 diluição, porém com BDO que não altere a classe do corpo hídrico. Comentou  
145 que precisasse ter maior conhecimento dos efluentes da piscicultura. O Sr.  
146 ELIAS comentou que não é cobrado nas condicionantes da licença, a qualidade  
147 do efluente. O Sr. ROBERT falou que isso é feito há anos, porém eram dois  
148 órgão separados para licenciamento e outorga, o IAP e o Instituto das Águas e  
149 que o IAP tinha uma concentração maior de servidores enquanto o Instituto das  
150 Águas tinha poucas instituições espalhadas pelo estado com concentração  
151 maior na mão de poucos servidores, por isso o IAP aceitava o número do protocolo  
152 da outorga para não demorar muito a licença, logo saia a licença e a outorga  
153 saia 1 ou 2 anos depois. Dessa forma o usuário tinha uma licença para um  
154 volume maior, mas a outorga saia com um volume menor. Depois que juntou os  
155 órgãos, está se tentando resolver o problema. Hoje, sendo o mesmo órgão, se  
156 não tem a outorga, não sai a licença. O Sr. ROBERT sugeriu decretação de área  
157 crítica e chamar os usuários para negociação dos volumes outorgados e usos  
158 alternados. O Sr. ARMIN colocou em votação a proposta e foi aprovada por  
159 unanimidade. Em seguida passou-se para os Informes Gerais (ITEM 5 DA  
160 PAUTA). O SR ROBERTO compartilhou uma experiência de visita à um  
161 piscicultor na Região Metropolitana de Curitiba que faz cultivo em ambiente  
162 fechado, no qual o peixe é criado em tanque circular em sistema de estufa com  
163 resultados maravilhosos. A Srta JULIANA comentou sobre a proposta de  
164 mudança de CTPLAN para CTINS. Na sequência o Sr. ° **ARMIN** abriu a palavra  
165 a todos para questões gerais e como não houve manifestações, encerrou a  
166 reunião.

167

**ARMIN FEIDEN**

168

Coordenador da CTPLAN do CBH do Paraná 3